



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

Estado de Sergipe

Nº PAGINA: _____

RUBRICA: _____

CONTRATO Nº 031/2022

TERMO DE CONTRATO PARA A **PARTICIPAÇÃO (pagamento de inscrições) DE 08 (OITO) SERVIDORES NO CURSO REGIONAL DE AGENTES PUBLICOS – GESTÃO PÚBLICA: ASPECTOS LEGAIS E PRÁTICOS**, QUE ENTRE SI CELEBRAM A **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA/SE** E DO OUTRO LADO A EMPRESA **MARIA LUCILEIDE DE SANTANA SILVA – ME**, CONFORME ADIANTE.

Pelo presente Instrumento particular de Contrato para prestação de serviços, reuniram-se, de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA ESTADO DE SERGIPE**, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.833.866/0001-46, situada à Rua Cel. Miguel Silva Santana, nº 1036, Centro – CEP: 49.800-000 – Porto da Folha/SE, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, aqui representada por **Sr. EDUARDO MARCEL PEREIRA DE LIMA E LIMA**, brasileiro, Presidente da Câmara Municipal, e a Empresa **MARIA LUCILEIDE DE SANTANA SILVA – ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 40.560.279/0001-82, com sede na Rua Guilhermino Rezende, nº 321, Treze de Julho – CEP: 49.020-635 – Aracaju/SE, neste ato representado pela **Sra. Maria Lucileide Santana Silva**, portador do RG nº 2.030.260-6 SSP/SE e CPF nº 027.806.125-76, doravante denominada **CONTRATADA**, têm justo e acordado entre si o presente Contrato de Prestação de Serviços, acordo com as disposições regulamentares contidas na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a **PARTICIPAÇÃO (pagamento de inscrições) DE 08 (OITO) SERVIDORES NO CURSO REGIONAL DE AGENTES PUBLICOS – GESTÃO PÚBLICA: ASPECTOS LEGAIS E PRÁTICOS, QUE REALIZAR-SE-Á DE 11 A 14 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO NA CIDADE DE ARAPIRACA/AL.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Contratante pagará a Contratada pelas inscrições, o Valor Global de **R\$ 6.400,00 (Seis mil e quatrocentos reais)** que corresponde a 08 (oito) inscrições, conforme tabela abaixo.

ITEM	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
a PARTICIPAÇÃO (pagamento de inscrições) DE 08 (OITO) SERVIDORES NO CURSO	08	R\$ 800,00	R\$ 6.400,00



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

Estado de Sergipe

REGIONAL DE AGENTES PUBLICOS – GESTÃO PÚBLICA: ASPECTOS LEGAIS E PRÁTICOS, QUE REALIZAR-SE-Á DE 11 A 14 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO NA CIDADE DE ARAPIRACA/AL			
--	--	--	--

2.2. O pagamento relativo a este contrato será efetuado, após a aceitação dos serviços pela Câmara. A CONTRATADA apresentará a Nota Fiscal/Fatura de prestação de serviço, Certificado de regularidade com o FGTS, Certidão negativa de débitos federal, estadual, municipal e Trabalhista;

2.3. O contratante reserva-se o direito de sustar o pagamento se, no ato da atestação, o serviço não estiver de acordo com as especificações;

2.4. O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

3.1. O prazo de vigência deste contrato será da data de assinatura até o término do congresso, previsto para o dia 14 de novembro de 2022.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

4.1. A despesa prevista na cláusula segunda correrá por conta da seguinte dotação orçamentária, constante do orçamento para o corrente exercício financeiro:

01.01: CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA
01.031.0008.2001: Manutenção das Atividades da Câmara
3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
Fonte de Recursos: Próprios

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. São obrigações da **CONTRATADA**:

- a) A CONTRATADA deverá prestar o serviço e com atendimentos as especificações da proposta, para uso da CONTRATANTE;
- b) Assumir todos os possíveis danos, tanto físicos quanto materiais, causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

Estado de Sergipe

imprudência ou desrespeito as normas de segurança quanto a prestação de Serviço;

- c) Responsabilizar-se por todos e quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade, objeto deste termo;
- d) Assumir todos e quaisquer ônus referentes a salário, horas extras, outros adicionais e demais encargos sociais, referentes aos seus empregados.
- e) Conceder especial prioridade para os serviços ora contratados, salvo por motivo de forma maior, devidamente comprovado, não podendo transferi-los a outrem, no todo ou em parte, sem previa e expressa concordância da CONTRATANTE;
- f) contratado se obriga a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO (ART. 67, LEI Nº 8.666/93).

Na forma do que dispõe o art. 67 da lei nº 8.666/93, fica designado a Diretoria Financeira deste órgão para acompanhar e fiscalizar execução do presente contrato.

§ 1º O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da **CONTRATANTE**:

- a) Notificar a CONTRATADA sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na prestação do serviço, para que sejam adotadas as medidas necessárias;
- b) Efetuar o pagamento na forma convencionada neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE DO CONTRATO



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

Estado de Sergipe

7.1. O preço do Serviço apresentado na proposta será permanente e irremovível de acordo com a legislação vigente;

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

8.1. Em caso de inexecução parcial ou total das cláusulas de que se compõe este Contrato, atrasos, não cumprimento quanto à qualidade, defeito, e outros pertinentes a execução do Contrato, garantida a prévia defesa, ficará a contratada sujeita as seguintes penalidades:

8.2. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato por dia de atraso na prestação de serviço, ou por item não atendido, em desacordo com as especificações até 10 (dez) dias após o vencimento do prazo para o início dos serviços;

8.3. Suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal por prazo, não superior a 02 (dois) anos, que será fixado pelo Ordenador de Despesa, a depender da falta cometida;

8.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da penalidade, ou até que seja promovida sua reabilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA MULTA

9.1. A desistência injustificada por qualquer das partes na execução do presente pacto, implicará no pagamento de multa estipulada em 20% (vinte por cento) do valor contratado, devidamente corrigido, mais as despesas que por ventura se faça necessário para sua cobrança.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO

10.1. O presente contrato vincula-se às determinações da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, baseando-se no artigo 25 inciso II e as especificações constantes na proposta da contratada que parte integrante deste termo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

11.1 A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da lei n° 8.666/93. A rescisão deste contrato poderá ser:

11.2. Determinada por ato unilateral, e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da lei n° 8.666/93, notificando-se a CONTRATADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos;



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

Estado de Sergipe

Nº PAGINA: _____
RUBRICA: _____

11.3. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, deste que haja conveniência para o CONTRATANTE;

11.4. Judicial, nos termos da legislação vigente;

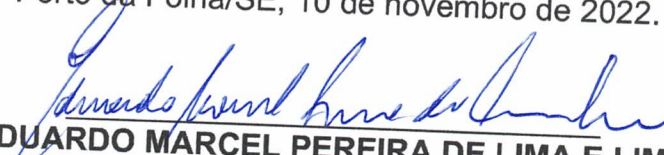
11.5. O contratado reconhece os direitos da administração, em caso da rescisão administrativa prevista no Art. 77.


CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

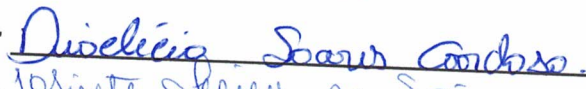
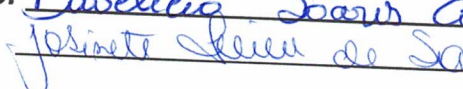
12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Porto da Folha, Estado de Sergipe, com exclusão de outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas surgidas na execução do presente termo.

E assim, por se acharem justos e acordados, assinam o presente termo particular de contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo, para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos.

Porto da Folha/SE, 10 de novembro de 2022.


EDUARDO MARCEL PEREIRA DE LIMA E LIMA
Presidente da Câmara
Contratante


MARIA LUCILEIDE SANTANA SILVA – ME
Maria Lucileide Santana Silva
Contratado

TESTEMUNHAS:  **Divelécia Soares Cardoso** - CPF: 778.238.855-49
 **Josinete Almeida de Sá** - CPF: 596.689.545-42



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA
Estado de Sergipe

Nº PAGINA: _____
RUBRICA: _____

32
~~032~~
PARECER JURÍDICO Nº 032/2022

Versam os autos sobre a **PARTICIPAÇÃO** (pagamento de inscrições) DE **08 (OITO) VEREADORES NO CURSO REGIONAL DE AGENTES PUBLICOS – GESTÃO PÚBLICA: ASPECTOS LEGAIS E PRÁTICOS, QUE REALIZAR-SE-Á DE 11 A 14 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO NA CIDADE DE ARAPIRACA/AL** em consonância com o disposto na Lei nº 8.666/93, e suas alterações, para a Câmara Municipal de Porto da Folha/SE, através de processo de inexigibilidade de licitação, com supedâneo no art. 25, inciso II, do Estatuto Federal das Licitações.

Prima facie, cabe ressaltar por oportuno, ser procedente a contratação sub-exame, dada a singularidade dos serviços, como também pela notória especialização, demonstrada através da vasta documentação ora colecionada. Tais atributos afastam, sem a menor sombra de dúvidas, qualquer possibilidade de competição, no mercado de atuação do contratado.

Passando à análise do termo contratual, detectamos de igual maneira, ter sido o mesmo elaborado em perfeita observância ao comando legal do art. 55, da Lei nº 8.666/93, e suas posteriores alterações.

Ante o exposto, estando provada a notória especialização da empresa **MARIA LUCILEIDE DE SANTANA SILVA – ME**, inscrita no CNPJ nº 40.560.279/0001-82, assim como a singularidade dos serviços, opinamos favoravelmente pela formalização do contrato, de forma direta, face a inviabilidade de competição.

É o parecer, s.m.j.

Porto da Folha/SE, 09 de novembro de 2022.